



FUNDAÇÃO DE
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2019



FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS MÃO AMIGA
VALE DA ANTA – SILVA ESCURA
3740 – 310 SEVER DO VOUGA PORTUGAL

TEL. +351 234 591 056

INFO@FUNDACAOMAQAMIGA.PT WWW.FUNDACAOMAQAMIGA.PT



Índice

A palavra da Presidente	3
I. Introdução	4
1.1 Evolução da Instituição	4
II. Situação Económico-financeira	7
III. Investimentos/ desinvestimentos realizados	7
IV. Mercado e tendência	7
V. Gastos e rendimentos	8
VI. Tendências de evolução	8
VII. Factores relevantes ocorridos após o termo do exercício	9
VIII. Propostas de aplicação de resultados	9
IX. Dívidas ao Estado e outros entes públicos	9
X. Agradecimentos	9



A PALAVRA DA PRESIDENTE

Mais um ano terminou e com ele um trabalho desenvolvido em prol dos mais vulneráveis e carenciados e também em prol das crianças e jovens do concelho de Sever do Vouga, procurando ajudar a desenvolver as suas competências.

Não foi um ano fácil, por diversas circunstâncias um pouco alheias ao nosso trabalho, mas foi um ano vencido com o sentimento de que procurámos dar o nosso melhor, tentando atingir os objetivos que nos propusemos.

E foi mais facilmente conseguido pelo apoio dos nossos investidores sociais, dos nossos parceiros e de todos aqueles que desejaram participar, reconhecendo o valor e impacto social do trabalho que desenvolvemos, que envolve toda uma comunidade de entreajuda.

Continuaremos. A nossa missão e os nossos valores são intrínsecos: ajudar o próximo, promover competências, ajudar a limar dificuldades, fomentar parcerias, estar presente...sempre com uma mão amiga.

Queremos deixar um agradecimento reconhecido a todos, sem esquecer os nossos órgãos sociais.

Um Bem-haja e que continuemos juntos.



I-INTRODUÇÃO

1.1. Evolução da Instituição

A Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga tem procurado adaptar-se às mudanças sociais profundas a que a comunidade, famílias e indivíduos têm sido sujeitos.

Concentrada na inovação, no impacto social e na sustentabilidade, o seu foco de atenção recaiu nos últimos anos em duas grandes áreas: **A** - na reabilitação habitacional e promoção psicossocial de indivíduos/ famílias carenciadas; **B** - no desenvolvimento comunitário, com um trabalho significativo junto de alunos do Agrupamento de Escolas do concelho de Sever do Vouga, ajudando a promover competências e, em última análise, procurando, também, ajudar no combate á desertificação; **C** - outros projectos de desenvolvimento interpessoal.

A - Habitação Solidária VIDA – Valorização, Integração, Desenvolvimento, Autonomia

Objecto de candidatura ao “Portugal Inovação Social”, POI SE, em 2018, com base de incidência em 60 indivíduos, este projeto destina-se famílias carenciadas do concelho de Sever do Vouga, que residam em casa própria, sem condições mínimas de habitabilidade e, por consequência, frequentemente em situação de exclusão social.

Pretende promover uma intervenção biopsicossocial junto das famílias em situação de exclusão social (n=60), intervindo em esferas da vida familiar por elas aceite e mediante celebração de documento comprovativo (contrato familiar).

Este projeto conta ainda com os seguintes investidores sociais: Município de Sever do Vouga, A. Silva Matos Industries, Rotary Club de Sever do Vouga e com parceiros como a Associação Just a Change, IPSS's locais, empresas e comércio, concelhias e nacionais, particulares, entre muitos outros benfeitores que se associam a esta causa.

Em 2019 reabilitaram-se 9 casas, num total de 21 beneficiários.

O acompanhamento biopsicossocial foi constante, mantendo os beneficiários de 2018 e integrando os de 2019. São feitos acompanhamentos programados dos indivíduos/famílias e aplicados testes semestrais (Ex-ante, antes da reabilitação habitacional e ex-post, depois da reabilitação habitacional, a 0 meses, 6 meses e 12 meses), para avaliação de impacto, que conta com o apoio de entidade externa.



B - Maneiras de Sever

O “Maneiras de Sever” é um projecto de Design para a Inovação Social desenvolvido em parceria com o Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga com auxílio às várias formas de expressão artística.

Candidatou-se em 2018 á Fundação Calouste Gulbenkian, Academias do Conhecimento Gulbenkian, tendo visto esta candidatura aprovada para se desenrolar nos anos lectivos 2018/2019 e 2019/2020 e são intervenientes alunos do 1º ciclo ao secundário.

É ainda parceiro no Maneiras de Sever o Município de Sever do Vouga.

Este projecto procura ajudar a desenvolver competências em áreas como:

- Pensamento Criativo
- Resolução de Problemas

Recorre à aplicação técnica do Photo Elicitation e à metodologia “Design thinking” utilizando 3 registos/tecnologias, em função da idade dos participantes: Impressão 3D (1º ciclo); Fotografia Analógica (3º ciclo); Filme em smartphone (Secundário).

Este projecto tem uma forte componente de avaliação de impacto, efectuado pelas Academias do Conhecimento Gulbenkian, através da Universidade de Coimbra.

O ano lectivo 2018/2019 (3º período) e 2019/2020 (1º período) foram destinados a formação certificada de professoras para aplicação nos trabalhos curriculares a desenvolver no 2º período do calendário escolar, já pois em 2020, serão desenvolvidos, juntamente com turmas/alunos seleccionados/disponíveis, trabalhos centrados em temáticas escolhidas pelos professores (património natural, histórico, cultural, gastronómico, empresarial, desportivo ou de individualidades Severenses), utilizando variadas formas de expressão plástica e artística, referidas anteriormente. Estes trabalhos serão posteriormente apresentados/expostos publicamente, no evento Maneiras de Sever, realizado no Centro de Artes e Espetáculos de Sever do Vouga.

C – Outros projectos de desenvolvimento interpessoal

A Fundação manteve em execução outras ações que lhe são características e que remontam á sua origem, nomeadamente:



- Entrega de Bolsa de Estudo/Apoio à Educação: Este apoio não foi realizado em 2019, pois os estudantes apoiados, até então, pela Fundação, terminaram os mestrados.
- Distribuição, mediante levantamento de necessidades efetuado no Agrupamento de Escolas de Sever do Vouga, de Cabazes Escolares, com diferentes materiais de apoio a disciplinas curriculares;
- Bancos de Apoio Social, nomeadamente, banco de roupa, banco de mobiliário e banco alimentar;
- Entrega de Cabazes de Natal concelhios, em que todas as Instituições se reúnem para esta entrega conjunta. Importa realçar que, nesta ação, a Fundação é, também, entidade investidora;

Importa, igualmente, referir que a Equipa Multidisciplinar da Fundação sofreu alterações, tendo saído em Junho a Técnica Superior de Psicologia:

Quadro de Pessoal

<i>Técnica Superior de Serviço Social</i>	1
<i>Técnica Superior de Educação Social</i>	1
<i>Trabalhadora de Serviços Gerais</i>	1



II - SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

O exercício terminado apresentou um resultado líquido de 215,46 €. Os indicadores apresentados em síntese, reflectem um bom desempenho da instituição.

Indicadores		2019	2018
Rátios de rentabilidade			
Rentabilidade capitais próprios	Res. Líquido/Cap. Próprios	0,06%	-3,26%
Rentabilidade activo	Res. Líquido/Activo	0,04%	-1,76%
Rátios de estrutura / endividamento			
Rácio de endividamento	Passivo / Activo	36,44%	46,22%
Autonomia Financeira	Cap. Próprio/Activo	63,56%	53,78%
Debt to Equity	Passivo/ Cap. Próprios	57,34%	85,94%
Debt to Equity de Estrutura	Passivo MLP/ Cap. Próprios	0,00%	0,00%
Solvabilidade	Cap. Próprio/Passivo	174,41%	116,37%
Estrutura de Endividamento	Passivo CP/ Passivo	100,00%	100,00%
Rátios de liquidez			
Líquides geral	Activo Cte/ Passivo Cte	1,435	1,273
Liquidez reduzida	Activo Ce-Inv./ Passivo Cte	1,435	1,273
Liquidez imediata	Disponibilidades/ Passivo Cte	0,324	0,342

III - INVESTIMENTOS/DESINVESTIMENTOS REALIZADOS

No ano económico de 2019 não foram realizados investimentos em activos fixos.

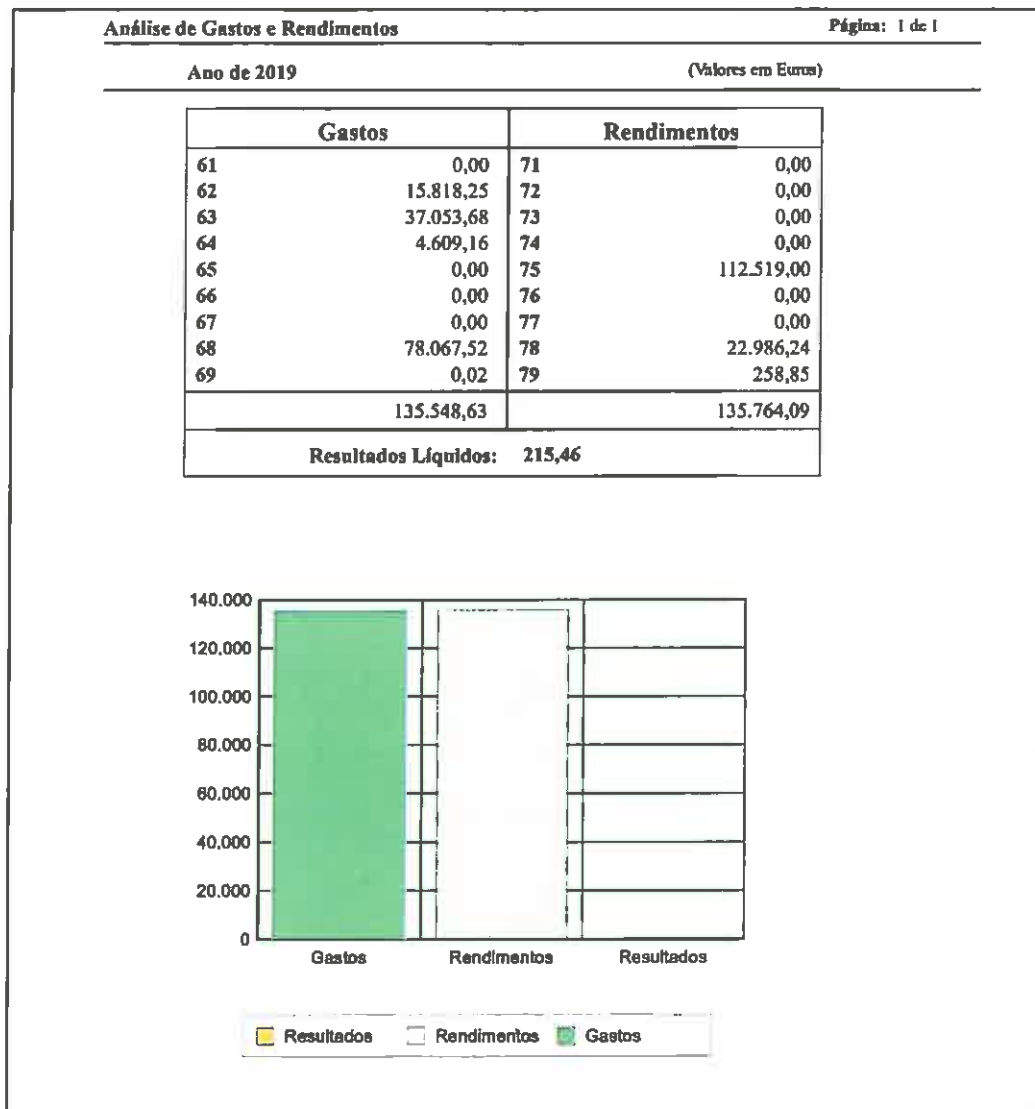
IV – MERCADO E TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

As actividades desenvolvidas no exercício reflectem a aposta na continuidade.



V – GASTOS E RENDIMENTOS:

De uma forma geral, a estrutura fixa é a grande geradora de despesas.



VI - TENDÊNCIAS DE EVOLUÇÃO

As actividades desenvolvidas no exercício reflectem a apostam na continuidade.



VII- FATORES RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não há factos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício

VIII - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

Propomos que o resultado positivo do exercício económico de 2019, no montante de 215,46 € seja afectado da seguinte forma:

. Para a conta de resultados transitados pelo valor total de 215,46 €

IX – DÍVIDAS AO ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A instituição não está em mora no que respeita a dívidas à Segurança Social e Finanças.

X. AGRADECIMENTOS

Compete-nos, por último, agradecer aos nossos investidores sociais, parceiros, benfeitores, voluntários, Conselho Superior e outras entidades solidárias. Uma palavra de apreço aos nossos colaboradores, que se empenham fortemente na obtenção dos melhores resultados, dignificando a nossa Fundação.

Para todos os nossos agradecimentos

O Conselho de Administração,

X Edite da Ent. form
[Signature]
[Signature]

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

Demonstrações Financeiras

31 de Dezembro de 2019



**FUNDAÇÃO DE
EDITE COSTA MATOS
MÃO AMIGA**

Índice

Balanço	3
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
1. Identificação da Entidade	8
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	8
3. Principais Políticas Contabilísticas.....	8
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	13
5. Ativos Fixos Tangíveis.....	13
6. Propriedades de Investimento	14
7. Inventários.....	15
8. Rédito	15
9. Subsídios do Governos e Apoios do Governo	15
10. Benefícios dos empregados.....	15
11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	16
12. Outras Informações.....	16
12.1 Investimentos Financeiros	16
12.2 Créditos a receber.....	16
12.3 Diferimentos	16
12.4 Caixa e Depósitos Bancários.....	17
12.5 Fundos Patrimoniais	17
12.6 Fornecedores	17
12.7 Estado e Outros Entes Públicos.....	17
12.8 Outras Contas a Pagar	17
12.9 Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.10 Fornecimentos e serviços externo	18
12.11 Outros rendimentos e ganhos.....	18
12.12 Outros gastos e perdas.....	19
12.13 Resultados Financeiros.....	19
12.14 Acontecimentos após data de Balanço	19

Balço

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

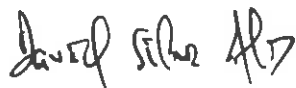
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

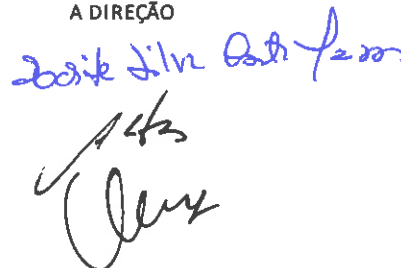
RUBRICAS		Notas	Datas	
			31-12-2019	31-12-2018
Ativo				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	-	-	
Propriedades de Investimento	6	252 119,26	256 728,42	
Investimentos financeiros	12,1	115,40	281,19	
Subtotal		252 234,66	257 009,61	
Ativo corrente				
Inventários	7	-	-	
Créditos a receber	12,2	213 975,66	268 513,62	
Diferimentos	12,3	246,43	253,45	
Caixa e depósitos bancários	12,4	62 344,41	98 744,95	
Subtotal		276 566,50	367 512,02	
Total do Ativo		528 801,16	624 521,63	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Fundos	12,5	350 000,00	350 000,00	
Resultados transitados	12,5	(14 119,20)	(3 158,34)	
Resultado Líquido do período	12,5	215,46	(10 960,86)	
Total do fundo do capital		336 096,26	335 880,80	
Passivo				
Passivo não corrente				
Subtotal		-	-	
Passivo corrente				
Fornecedores	12,6	17 080,19	3 193,43	
Estado e outros Entes Públicos	12,7	803,72	857,41	
Diferimentos	12,3	169 802,73	277 711,73	
Outros passivos correntes	12,8	5 018,26	6 878,26	
Subtotal		192 704,90	288 640,83	
Total do passivo		192 704,90	288 640,83	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		528 801,16	624 521,63	

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado



A DIREÇÃO



Demonstração dos Resultados por Naturezas

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	8	-	-
Subsídios, doações e legados à exploração	12,9	112 519,00	19 290,67
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-	(526,59)
Fornecimentos e serviços externos	12,90	(15 818,25)	(17 091,08)
Gastos com o pessoal	10	(37 053,68)	(30 226,21)
Outros rendimentos e ganhos	12,10	22 986,24	30 098,64
Outros gastos e perdas	12,11	(78 067,52)	(7 875,47)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		4 565,79	(6 330,04)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(4 609,16)	(4 609,16)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(43,37)	(10 939,20)
Juros e rendimentos similares obtidos	12,12	258,85	-
Juros e gastos similares suportados	12,12	(0,02)	(21,66)
Resultados antes de impostos		215,46	(10 960,86)
Imposto sobre o rendimento do período		-	-
Resultado líquido do período		215,46	(10 960,86)

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado

David Silva

A DIREÇÃO

David Silva Costa



Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2019

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos Instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
6		350 000,00	-	(3 158,34)	-	(10 960,86)	335 880,80	335 880,80
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	7	-	-	(10 960,86)	-	10 960,86	-	-
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			(10 960,86)	-	10 960,86	-	-
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8					215,46	-	-
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO						11 176,32	-	-
Fundos								
Subsídios, doações e legados								
Outras operações								
10		-	-	-	-	-	-	-
6+7+8+10		350 000,00	-	(14 119,20)	-	215,46	336 096,26	336 096,26

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado

A DIREÇÃO



José Francisco Costa

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	
1	1	350 000,00	-	1 833,28	-	(4 991,62)	346 841,66	346 841,66
2	2	-	-	(4 991,62)	-	4 991,62	-	-
3	3	-	-	(4 991,62)	-	4 991,62	-	-
4=2+3	4	-	-	-	-	(10 960,86)	-	-
5	5	-	-	-	-	(5 969,24)	-	-
6=1+2+3+4	6	350 000,00	-	(3 158,34)	-	(10 960,86)	335 880,80	335 880,80

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado



A DIREÇÃO

Boate Livre Costa Matos



Demonstração dos Fluxos de Caixa

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

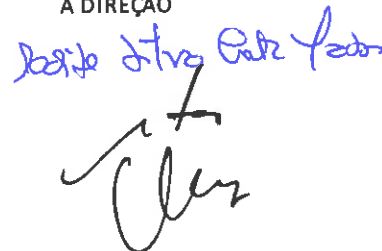
RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
<u>Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo</u>			
Recebimentos de clientes e utentes		9 000,00	-
Pagamentos de subsídios		(734,04)	-
Pagamentos de apoios		(115,50)	-
Pagamentos de bolsas		(750,00)	-
Pagamento a fornecedores		(67 347,04)	(14 387,38)
Pagamentos ao pessoal		(25 011,99)	(28 484,50)
Caixa gerada pelas operações		(84 958,57)	(42 871,88)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(166,00)	
Outros recebimentos/pagamentos		48 286,31	40 945,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(36 838,26)	(1 926,34)
<u>Fluxos de caixa das actividade de Investimento</u>			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(126,41)	80,85
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		305,28	-
Outros Ativos		-	(10 550,00)
Fluxos de caixa das actividade de Investimento (2)		178,87	10 469,15
<u>Fluxos de caixa das actividade de financiamento</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1 500,00	-
Outras operações de financiamento		229,47	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1 500,00)	-
Juros e gastos similares		-	(21,66)
Reduções do fundo		29,38	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		258,85	(21,66)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(36 400,54)	8 521,15
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		98 744,95	90 223,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62 344,41	98 744,95

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado



A DIREÇÃO



Anexo

1. Identificação da Entidade

A Fundação de Edite Costa Matos, Mão Amiga é uma IPSS sem fins lucrativos, com sede no vale da Anta, freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes

rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 12.2) e "*Diferimentos*" (Nota 12.3)

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "*Ativos Fixos Tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 8
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos operacionais*" ou "*Outros gastos operacionais*".

3.2.2. Investimentos financeiros

Sempre que a Entidade tenha uma influência significativa, em empresas associadas, ou exerça o controlo nas decisões financeiras e operacionais, os "*Investimentos Financeiros*" são registados pelo Método da Equivalência Patrimonial (MEP). Geralmente traduz-se num investimento com uma representação entre 20% a 50% do capital de outra Entidade.

3.2.3. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (*first in, first out*).

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

Locações

Os contratos de locações (*leasing*) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos directos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “*Fornecimentos e Serviços Externos*”.

3.2.7. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “*As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;*
- b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
- c) *As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”*

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;*
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao Diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;*
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas."*

Não obstante, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se isentos de IRC (art.º 9º), por força de um despacho publicado do DR 240 III Série de 18/10/1989 e comunicado pelo ofício 1883 de 18/09/1989 dos serviços de contribuições e impostos do Ministério das Finanças.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019					
	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2019
Custo					
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48
Depreciações acumuladas					
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48

Outros Ativos Fixos Tangíveis

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Saldo em 31-Dez-2018
Custo					
Equipamento de transporte	10 004,13	-	-	-	10 004,13
Equipamento administrativo	11 995,70	-	-	-	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,65	-	-	-	2 539,65
Total	24 539,48	-	-	-	24 539,48
Depreciações acumuladas					
Equipamento de transporte	10 004,12	-	-	0,01	10 004,13
Equipamento administrativo	11 728,86	266,93	-	(0,09)	11 995,70
Outros Ativos fixos tangíveis	2 539,92	-	-	(0,27)	2 539,65
Total	24 272,90	266,93	-	(0,35)	24 539,48

6. Propriedades de Investimento

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2019
Terrenos e recursos naturais	75 000,00	-	-	-	-	75 000,00
Edifícios e outras construções	227 183,25	-	-	-	-	227 183,25
Total	302 183,25	-	-	-	-	302 183,25

31 de Dezembro de 2019

	Saldo em 01-Jan-2019	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2019
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	45 454,83	4 609,16	-	-	-	50 063,99
Total	45 454,83	4 609,16	-	-	-	50 063,99

	2019	2018
Gastos Depreciações e Amortizações		
Terrenos e recursos naturais	-	-
Edifícios e outras construções	4 609,16	4 609,16
Total	4 609,16	4 609,16

31 de Dezembro de 2018

	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	Saldo em 31-Dez-2018
Terrenos e recursos naturais	75 000,00	-	-	-	-	75 000,00
Edifícios e outras construções	227 183,25	-	-	-	-	227 183,25
...	-	-	-	-	-	-
Total	302 183,25	-	-	-	-	302 183,25

Handwritten signature and date: 2019/12/31

31 de Dezembro de 2018						
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates / Alienações	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2018
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	40 845,67	4 609,16	-	-	-	45 454,83
Total	40 845,67	4 609,16	-	-	-	45 454,83

7. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários

Descrição	Inventário em 01-Jan-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2018	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2019
Mercadorias	-	526,59	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	-	-	-	-	-	-	-
Total	-	526,59	-	-	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				526,59			-
Variações nos inventários da produção				-			-

8. Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Rédito

Descrição	2019	2018
Juros	258,85	-
Total	258,85	-

9. Subsídios do Governos e Apoios do Governo

A Entidade não reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, apoios do governo.

10. Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos não auferiram qualquer verba, quer para remuneração quer para despesas de representação.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2019 foi de 3 e em 31/12/2018 foi de 4.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Benefícios dos Empregados

Descrição	2019	2018
Remunerações ao Pessoal	29 919,97	26 143,11
Encargos sobre as Remunerações	6 396,11	3 746,21
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	368,10	314,69
Outros Gastos com o Pessoal	369,50	22,20
Total	37 053,68	30 226,21



11. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

A situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12. Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

A rubrica "Investimentos Financeiros" desdobra-se da seguinte forma:

Investimentos Financeiros

Descrição	2019	2018
Investimentos noutras empresas	-	-
Fundos de compensação	115,40	281,19
Total	115,40	281,19

12.2 Créditos a receber

A rubrica "Créditos a receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Créditos a receber

Descrição	2019	2018
Outros Devedores	3 760,91	609,00
Devedores por projectos		
Projecto POISE	193 049,35	250 739,22
Projecto maneiras de Sever	17 165,40	17 165,40
Total	213 975,66	268 513,62

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Diferimentos

Descrição	2019	2018
Gastos a reconhecer		
Gastos a reconhecer	-	
seguros	246,43	253,45
...		
Total	246,43	253,45
Rendimentos a reconhecer		
Rendimentos a reconhecer		
rendas a cobrar	700,00	800,00
Projecto POISE	140 391,80	247 834,11
Projecto maneiras de Sever	28 710,93	29 077,62
Total	169 802,73	277 711,73



12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Caixa e Depósitos Bancários

Descrição	2019	2018
Caixa	76,59	19,94
Depósitos à ordem	12 038,35	18 725,01
Depósitos a prazo	50 229,47	80 000,00
Outros	-	-
Total	62 344,41	98 744,95

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Fundos Patrimoniais

Descrição	Saldo em 01-Jan-2019	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2019
Fundos	350 000,00	-	-	350 000,00
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	(3 158,34)		(10 960,86)	(14 119,20)
Excedentes de revalorização	-	-	-	-
Outras variações nos fundos patrimoniais	-	-	-	-
Total	346 841,66	-	(10 960,86)	335 880,80

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	17 080,19	3 193,43
Total	17 080,19	3 193,43

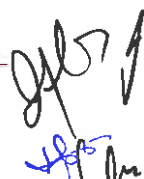
12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Total	-	-
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	160,00	166,00
Segurança Social	643,72	691,41
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	803,72	857,41

12.8 Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:



Outras contas a pagar

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimos de gastos	-	4 852,41	-	6 878,26
Outros credores	-	165,85	-	-
Total	-	5 018,26	-	6 878,26

12.9 Subsídios, doações e legados à exploração

O Centro reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados.

Subsídios

Descrição	2019	2018
Subsídios do estado	112 152,31	17 638,89
Município de Sever do Vouga	3 000,00	3 000,00
Projecto POISE	107 442,31	14 638,89
Doações e heranças	1 710,00	-
Outras entidades	366,69	1 651,78
Projecto maneiras de Sever	366,69	1 651,78
Total	112 519,00	19 290,67

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9.

12.10 Fornecimentos e serviços externo

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos

Descrição	2019	2018
Serviços especializados	10 529,14	10 194,20
Materiais	287,59	374,80
Energia e fluidos	2 187,12	594,74
Deslocações, estadas e transportes	225,49	2 536,09
Serviços diversos (*)	2 588,91	3 391,25
Seguros	1 480,26	1 356,22
Comunicação	769,70	864,82
outros	338,95	123,00
Total	15 818,25	17 091,08

(*) Discriminar as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

12.11 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Rendimentos e Ganhos

Descrição	2019	2018
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	10,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	9 100,00	10 550,00
Outros rendimentos e ganhos	13 886,24	19 538,64
Total	22 986,24	30 098,64



12.12 Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Outros Gastos e Perdas

Descrição	2019	2018
Impostos	-	80,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,09	-
Outros Gastos e Perdas	-	4 124,47
Custo com apoio concedidos a utentes	596,47	3 671,00
donativo	1 350,00	-
projeto HSV	76 120,96	-
Total	78 067,52	7 875,47

12.13 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados Financeiros

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,02	1,16
Outros gastos e perdas de financiamento	-	20,50
Total	0,02	21,66
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	229,47	-
Dividendos obtidos	29,38	-
Total	258,85	-
Resultados financeiros	258,83	(21,66)

12.14 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Silva Escura, 24 de abril de 2020

O Contabilista Certificado

David Silva Alb

O Conselho de Administração

João da Costa Fernandes
[Assinatura]
[Assinatura]

FUNDAÇÃO DE EDITE COSTA MATOS, MÃO AMIGA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		9.000,00	-
Pagamentos de subsídios		(734,04)	-
Pagamentos de apoios		(115,50)	-
Pagamentos de bolsas		(750,00)	-
Pagamento a fornecedores		(67.347,04)	(14.387,38)
Pagamentos ao pessoal		(25.011,99)	(28.484,50)
Caixa gerada pelas operações		(84.958,57)	(42.871,88)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(166,00)	-
Outros recebimentos/pagamentos		48.286,31	40.945,54
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		(36.838,26)	(1.926,34)
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(126,41)	80,85
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		305,28	-
Outros Ativos		-	(10.550,00)
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		178,87	10.469,15
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.500,00	-
Outras operações de financiamento		229,47	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.500,00)	-
Juros e gastos similares		-	(21,66)
Reduções do fundo		29,38	-
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		258,85	(21,66)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(36.400,54)	8.521,15
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		98.744,95	90.223,80
Caixa e seus equivalentes no fim do período		62.344,41	98.744,95

31 de Dezembro 2019

O Contabilista Certificado

David Silva

A DIREÇÃO

João Silva Costa

[Assinatura]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Edite Costa Matos, Mão Amiga**, que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2019 (que evidencia um total de 528.801 euros e um total de capital próprio de 336.096 euros, incluindo um resultado líquido de 215 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade, nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras relativas ao exercício finalizado em 31 de dezembro de 2018 foram auditadas por outro auditor, pelo que o exercício iniciado a 01 de janeiro de 2019 foi o primeiro ano do mandato da atual SROC.

Responsabilidades do órgão de gestão

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

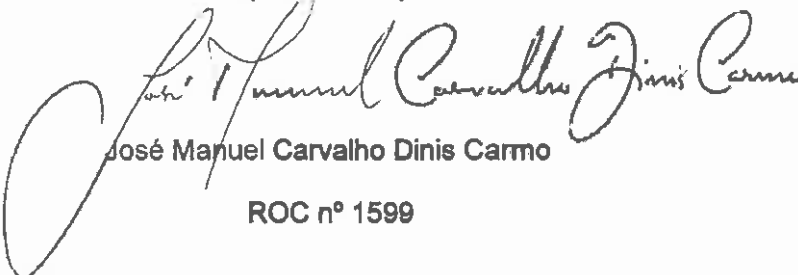
Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 07 de agosto de 2020

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por



José Manuel Carvalho Dinis Carmo

ROC nº 1599